

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Comissão de Graduação**

**Curso de Graduação em Psicologia – Habilitação Psicólogo**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**LINHAS DE CUIDADO, ESTRATÉGIAS DE CONTROLE:**  
Problematizando as políticas públicas de assistência à infância e à  
adolescência

**MICHEL LARA DE OLIVEIRA**

Porto Alegre,

2013

MICHEL LARA DE OLIVEIRA

**LINHAS DE CUIDADO, ESTRATÉGIAS DE CONTROLE:**  
Problematizando as políticas públicas de assistência à infância e à  
adolescência em Porto Alegre

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Psicologia – Habilitação  
Psicólogo – do Instituto de Psicologia da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
referente às disciplinas de TCC-I e TCC-II, como  
requisito parcial à obtenção do grau, sob orientação  
Prof. Dra. Rosemarie Gartner Tschiedel

---

Prof. Dra. Rosemarie Gartner Tschiedel

---

Debatedora: Mirela de Cintra

PORTO ALEGRE

2013

## SUMÁRIO

Introdução.....	4
1. Revisão teórica França.....	6
2. Revisão teórica Brasil.....	11
2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente.....	14
3. Controle e Proteção na Rede de Saúde e Assistência.....	17
3.1 Casos 1 e 2.....	18
3.2 Reflexões sobre os casos.....	20
4. Em busca da linha de cuidado.....	22
4.1 Casos 3 e 4.....	23
4.2 Reflexões a partir dos casos 3 e 4.....	25
5. Considerações Finais.....	30
6. Referências.....	33

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se propõe a compartilhar a importância da problematização das políticas públicas da infância e da adolescência na experiência de estágio. Contextualiza-se historicamente o surgimento dessas políticas na Europa e no Brasil visando auxiliar no entendimento dos processos atuais. O histórico de controle das populações pauperizadas por parte da sociedade e do Estado mistura-se com discursos de cuidado e bem estar social, resultando em complexos processos políticos. Frente a isso encontra-se o psicólogo numa complexa rede que exige intervenções, que são atravessadas por diversos discursos. Problematizar e analisar tais atravessamentos são alternativas teóricas que surgem para um trabalho mais ético e efetivo.

Palavras-chave: Assistência; Problematização; ECA; Políticas públicas; Rede

## Introdução

Meu percurso acadêmico teve desde o início uma relação importante com o tema da infância e adolescência. No primeiro estágio tive experiências em um projeto social com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, tendo minha primeira aproximação enquanto psicólogo em formação com situações sociais limítrofes. Os estagiários de psicologia eram demandados pelos professores voluntários a atender crianças que tinham comportamento agressivo, dificuldade de obedecer ou fazer fila. Muitas delas tinham situações familiares difíceis e uma boa parte estava em abrigos. Surgiu o interesse de visitar o local, no qual moravam várias dessas crianças. Lá encontrei uma estrutura precária com quartos com janelas quebradas em pleno inverno, banheiros sem porta, mais crianças do que camas entre outras dificuldades.

O primeiro contato com a realidade de um abrigo foi chocante, mas observando os detalhes, a relação das crianças com os educadores e entre si, me dei conta da potência que aquele lugar tinha. Um mês depois tive que sair do meu estágio na ONG, optei pelo abrigo a fim de conhecer melhor o campo. Foi assim que, ainda no terceiro ano da faculdade, iniciei estágio na porta de entrada do sistema municipal de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Os processos institucionais do local e da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, os processos sociais e políticos que levavam as crianças a serem acolhidas, além dos processos subjetivos familiares e individuais, fizeram parte do estágio.

O abrigo é um local dinâmico, onde os papéis sociais muitas vezes se confundem, tendo a psicologia uma função atuante junto aos educadores, às crianças e às famílias. Ao mesmo tempo em que os casos demandam uma atenção especial e um olhar diferenciado, a organização convoca a repensar constantemente seus processos. Com o tempo, vislumbrou-se a necessidade de ampliar a lógica individualizada de cada caso, entendendo que as repetições das histórias dizem de um sistema político e social (FONSECA, C. 1998.). O campo do acolhimento institucional tem diversas linhas de forças, tais quais: infância, educação, pobreza, família, drogas, violência, direito, segurança pública, religião.

“Os discursos médicos, filosóficos, professorais, filantrópicos, psicanalíticos, clérigos, enfim, são incisivos sobre nós, e estão acoplados a um esquema de interesses voltados ao modo de produção capitalista, de tal forma, que, sem saber, nos tornamos deveras marionetes do sistema social”. (BUSSON, 2010)

Os discursos atravessam a maneira com a qual os profissionais pensam as situações de vida dos usuários, podendo facilitar a abordagem devido aos conhecimentos prévios. Acontece que, se os profissionais não estão atentos, “encaixam” as histórias dos usuários dos serviços de saúde e assistência dentro desses discursos, sem ter de fato uma escuta clínica para os processos subjetivos de cada um. Durante minha experiência, uma questão que me chamou a atenção foi à dificuldade que os profissionais da rede de apoio têm de respeitar a subjetividade das crianças e das famílias. As medidas de proteção são realizadas muitas vezes sem escutar ou comunicar os envolvidos. Estes fatos me levaram a refletir sobre o que estaria por trás dessa tendência de estabelecer medidas de controle e uma relação desigual a partir do biopoder, a partir de diversos autores.

O número de crianças que o abrigo em questão acolhia, possibilitava uma grande variabilidade de percursos, tendo sido feitos mais de 150 ingressos pela equipe de acolhimento em um ano. A interface com diferentes políticas e serviços, ampliou a visão sobre o campo e instigaram a vontade de estudar mais acerca do histórico das políticas públicas direcionadas para a infância no Brasil e no mundo.

Um posterior estágio na Secretaria Municipal de Saúde me auxiliou a ter contato com a rede de cuidado da infância e da adolescência sob outro ângulo. As crianças atendidas pelo serviço eram encaminhadas por diferentes locais da rede e tinham em comum o fato de terem sofrido violência. Nesse novo local pude atender clinicamente algumas crianças e acompanhar suas trajetórias de vida, além de participar de reuniões com outros serviços da rede de saúde, assistência e educação.

A infância alvo das políticas de assistência é historicamente bem específica. Quanto a isso, Nascimento (2002), se refere à instituição “menino de rua” e aos processos de produção de infâncias desiguais no Brasil. O termo instituição aqui é utilizado enquanto o “espaço onde as relações de produção estão instituídas de maneira aparentemente natural e eterna” (COIMBRA, NASCIMENTO, 2008).

A proposta do presente trabalho de conclusão de curso é pensar o funcionamento atual da rede de assistência à infância e adolescência no município de Porto Alegre,

tendo como foco as linhas controle e as linhas de cuidado. Início com uma revisão teórica sobre infância e políticas públicas com o objetivo de embasar as reflexões sobre a prática. Com os relatos, não visio julgar as intervenções nem muito menos dar respostas quanto à forma correta de agir. Esse ensaio busca agregar conhecimentos sobre o modo como a instituição “abrigo” tem sido utilizada pela rede de atendimento e refletir sobre intervenções e análises possíveis para o psicólogo inserido nesse campo.

## Revisão teórica, Europa

"Um bom percurso histórico nos permitiria perceber que a ideia de juventude tal como concebida atualmente origina-se junto com a crise das disciplinas e que, portanto, seu potencial de recusa da sociedade é uma produção da sociedade" (VICENTIN, 2005 p. 32)

Donzelot publica, em 1986, sua maior obra, “A Polícia das Famílias”, seguindo a tradição de pensadores franceses que tiveram grande repercussão a partir de 1968 como: Foucault, Lourau, Lapassade, Deleuze e Guatarri. Durante essa revolução intelectual que acontecia referiam-se às profissões sociais como “polícia”. Ainda hoje, muitos intelectuais continuam produzindo significativas obras seguindo essas correntes de pensamento, problematizando as práticas de controle da infância. Da mesma forma, muitos profissionais seguem respondendo ao mandato social de "institucionalizar estes animais selvagens, mentirosos, predadores, perversos, para que o Estado possa dormir em paz" (LOURAU, 1990 p.6).

A história dessas práticas tem grande relação com o momento histórico das disciplinas que segundo Foucault:

“É o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2004 p.11).

Essa virada das disciplinas não aconteceu de repente, sendo produção de longos debates políticos e acontecimentos. Junto com isso, foram surgindo novas profissões que pudessem dar conta de disciplinar os corpos. Para entender de que forma o avanço

da biopolítica, pensada enquanto integração dos mecanismos disciplinares aos mecanismos de segurança ao biopoder, que teriam se produzido esse poder e esse saber sobre a vida, Donzelot (1986) propõe-se a fazer uma genealogia das profissões sociais, da infância e da família moderna a partir de documentos e livros dos séculos XVIII XIX e XX. O biopoder enquanto um investimento maciço sobre a vida e seus fenômenos, a partir de uma tecnologia refletida e calculada e da introdução da população como objeto de intervenção política, de gestão e de governo ocorreu no âmbito da infância (MARTINS; JUNIOR, 2009).

Van den Berg (1965) considera a obra “Emílio (ou Da educação)” de Rousseau um marco da mudança do modo como a infância era vista pela sociedade, já que foi o primeiro autor a atribuir o estatuto da criança aos que antes pouco se diferenciavam dos adultos. Essa mudança estaria diretamente ligada ao processo de industrialização crescente a partir dessa época. Donzelot (1986) vai identificar nesse mesmo período o surgimento da preocupação com a infância, por parte de especialistas e do Estado, devido às taxas de mortalidade estimadas em até 80% em algumas camadas sociais.

O trabalho, que antes era exercido em casa, passa a ser feito nas fábricas, o que dificultava o acesso das crianças ao mundo adulto, uma vez que a maior exigência nas fábricas causava doenças e mortes. Assim começa a surgir o entendimento de que havia atividades que não seriam próprias para pessoas mais frágeis, dando início a maior diferenciação da criança (VAN DEN BERG, 1965).

O trabalho efetuado no espaço fechado das fábricas, muitas vezes longe de casa, e a necessidade crescente de que as mulheres mais pobres viessem a exercer algum ofício fora de casa, fez com que surgisse a profissão de "nutriz" (DONZELOT, 1986). Mães de origem humilde abandonavam seus próprios filhos e viravam amas de leite, cuidando dos filhos de famílias abastadas, já que o cuidado com as crianças era visto como desgastante e pouco nobre. Algumas famílias, sem condições de criar os seus filhos devido às altas cargas horárias de trabalho e a vida cara na cidade, viam-se obrigadas a abandonar suas crianças em hospícios de menores. “No momento de sua fundação, o hospício de menores de São Vicente de Paula [em Rouen na França] recolhia 312 crianças em 1740; em 1833, 131.000; em 1859, 76.500”. (DONZELOT, 1986. p. 30). Para resolver os problemas de superlotação desses locais, buscou-se incentivar que mesmo as famílias mais simples enviassem seus filhos para "nutrizes" no campo, o que diminuiria a superlotação das grandes instituições dos centros urbanos e a taxa de mortalidade infantil. Como os vínculos de paternidade não eram tão

significativos, muitas famílias paravam de enviar dinheiro para as "nutrizes", deixando poucas alternativas para essas mulheres.

Esse modelo de cuidado foi duramente criticado, na época, por dois motivos. Primeiro, no caso das famílias ricas, porque os filhos de famílias nobres estavam adquirindo “péssimos hábitos”, já que eram educados por mulheres simples. Isso levou a campanhas e livros, feitos por uma crescente classe médica, que incentivavam e enobreciam a maternidade, divulgando manuais de como educar os filhos. No caso das famílias pobres, com o grande número de crianças mortas o Estado acabava perdendo mão de obra qualificada e barata para trabalhar, posteriormente, em fábricas e acelerar o crescimento do país. Para que o Estado prosperasse era necessário que as famílias cuidassem de seus filhos, por isso buscou-se incentivar a responsabilização dos pais pelos próprios filhos e valorizando o grande número de descendentes para diminuir o número de abandonos.

Para reduzir os índices de mortalidade, o próprio Estado iniciou a fornecer dinheiro para as nutrizes continuarem os cuidados com as crianças. Para seguir recebendo o pagamento era preciso passar por vistorias e investigações a fim de comprovar que a educação estava sendo feita de maneira adequada, o que incentivou o surgimento de pessoas especializadas para conferir se o cuidado estava sendo bem feito, a partir de manuais feitos por médicos. Segundo Donzelot (1986) as primeiras sociedades protetoras de infância, responsáveis pela inspeção médica, pelo aperfeiçoamento do sistema de educação, higiene e vigilância das classes pobres, surgem em 1865.

Os bebês que eram entregues nas rodas dos expostos passaram a ser encaminhados para nutrizes, ao invés de ficarem nos hospícios. Isso, porém, facilitava a perversão do sistema. Algumas mães se candidatavam para serem nutrizes e entregavam seus próprios filhos, combinando entre si para pegá-los de volta como nutrizes, para receber do Estado para cuidar do próprio filho.

Nesse mesmo período surgem diversas ligas de proteção à família e incentivo ao casamento, voltadas para classes populares. A ideia era valorizar determinado tipo de família, criando-se uma ideia de corresponsabilização entre o casal heterossexual: tendo o homem a obrigação de prover o lar e controlar as crianças e sua esposa; e a mulher, a responsabilidade de manter o marido sóbrio e trabalhando, enquanto cuida da casa e dos filhos, aos filhos restava crescer para se transformar em mão de obra. Quanto mais filhos a família tivesse, criando-os à maneira higienista, mais valorizada pela sociedade

seria. Os filhos passaram a serem vistos como propriedade valiosa do casal, tendo agora o poder paterno um significativo valor, inclusive financeiro, já que nesse período surge na França o salário - família, que buscava incentivar esse modelo.

O casal seria julgado caso não fizesse bem o seu papel, podendo passar agora pela humilhação de perder seus filhos para o Estado, a partir do julgamento de um juiz de menores, com o direito de destituir o casamento e até mesmo o poder paterno, não mais preservando-se o anonimato das famílias com o uso da roda dos expostos.

Justamente nesse momento, as novas profissões sociais surgem de forma crescente para auxiliar o juiz com seus relatórios sociais e para vigiar as famílias. O poder que o patriarca anteriormente tinha para internar seus filhos nas casas de correções por até seis meses, passou a depender do juiz de menores e seus agentes. Isso porque foi constatado que, além da ineficácia e do exagero das medidas por parte de algumas famílias, alguns pais colocavam seus filhos nas casas de correções para viajar ou tirar férias.

Com o crescente interesse científico na área pela psiquiatria, psicanálise, psicologia, ciências sociais, passou-se a pesquisar o passado de criminosos e de jovens “anormais” (aqueles que não se encaixavam no modelo industrial e capitalista de produção). A psiquiatria infantil começa a ganhar espaço com a descoberta de que boa parte desses jovens não haviam sido frutos de “uma gravidez desejada”, ou não haviam tido uma família “bem estruturada”, conceito que foi sendo elaborado a partir dessas pesquisas e baseava-se muito em preconceitos sociais. Os diagnósticos servem para endossar a decisão dos juízes, que tomam medidas para prevenir a formação de novos “delinquentes”, ou seja, jovens pobres com empregos informais, que fazem pequenos furtos ou participam de grupos anarquistas.

“Deste modo, as práticas psi apoiam-se fortemente em concepções naturalistas do conhecimento, calcadas na objetividade e neutralidade. O discurso científico vem produzir subjetividades desqualificadas – famílias incompetentes e negligentes – colocando os sujeitos em uma posição de tutela em relação ao conhecimento dos especialistas, em especial do campo da Psicologia” (CRUZ, HILLESHEIM, GUARESCHI, 2005).

Os jovens “anormais” eram, via de regra, separados em dois grupos - os com diagnósticos orgânicos, e os com falta de amor ou disciplina - criando assim, novas propostas de intervenção com órfãos e crianças abandonadas. Novas investidas a fim de reforçar a necessidade de famílias bem estruturadas, para a prevenção de problemas sociais com jovens são realizadas. Com assistentes sociais, psicólogos, educadores; o

saber passou a substituir o poder repressivo através do poder educativo - extensão mais útil do poder do judiciário. O termo pré-delinquência é de extrema importância para pensar de que modo pesquisadores com um paradigma cientificista iniciaram a procurar as causas da delinquência. A partir disso, estabeleceu-se às características preocupantes na vida das crianças (DONZELOT, 1986), levando o Estado a investir cada vez mais em políticas para o controle da infância “anormal”.

Um exemplo dessa patologização é o fato de que os estudos em torno da delinquência juvenil privilegiaram a pergunta do que produziu a entrada nessa situação, seus determinantes, sua instalação. Pouco se buscou entender o que faz alguém sair ou transitar pela deriva infracional sem que isto passe a defini-lo (VICENTIN, 2005). No mesmo sentido Lapassade afirma que, "a crise juvenil é uma manifestação coletiva que problematiza a própria ordem social" (LAPASSADE, p.113, 1968,).

Ao longo da obra de Donzelot (1986) é possível perceber de que formas os discursos foram construindo a infância desigual na França e produzindo um modo de pensar a família pobre ideal. Ao mesmo tempo excluía as consideradas “anormais”, tentando isolar e resolver o problema a partir de cada situação com uma lógica que individualizava o problema e culpabilizava as vítimas.

Por trás desses debates estava uma questão política muito forte, cujo fundo era o modelo de Estado. De um lado a ideia de um Estado mínimo, no qual as famílias deveriam se responsabilizar por suas vidas e de seus filhos (já que estes não estavam se responsabilizando), de outro a de que este deveria se responsabilizar pelas pessoas. De um lado um Estado laico, de outro de escolas, hospícios e casamentos ligados unicamente às igrejas. Esse olhar sobre as diversas correntes que debatiam na época é apenas representativo de como visões diferentes vão se fundindo e criando novos mecanismos, que mesclavam aparatos religiosos com políticas de Estado. As políticas de caridade, esmola, ou mesmo filantropia, feitas em grande parte pelas igrejas e simpatizantes, ajudavam a culpabilizar o pobre, camuflavam a pobreza, individualizavam a questão, e merecem diversas outras críticas que foram surgindo no século XIX e XX.

“As ciências humanas produziram uma gama ampla de conceitos e técnicas - da família desestruturada a psicopatia, da cultura da pobreza às debilidades egóicas que, sob suposta neutralidade formal, sempre possibilitaram a confirmação da desigualdade social, sempre foram álibis para a legitimação da violência” (VICENTIN, 2005. p.38)

“Dessa forma, a infância considerada em perigo e perigosa ganha visibilidade política e econômica, como o futuro da Nação” (LEMOS, 2012). As famílias passam a ser portadoras desse futuro, tendo o Estado o direito e o dever de controlar para que se desenvolva perfeitamente, podendo punir ou gratificar as famílias.

De uma forma extremamente sutil, podemos ver surgir um complexo jogo de forças que vai construindo determinadas formas de pensar e intervir com a infância. Desta maneira, é possível desconstruir algumas verdades que nos acompanham ainda hoje no trabalho com esse tema, problematizando o nosso fazer e identificando a origem de alguns discursos e modos como a política tem funcionado atualmente.

## Revisão teórica Brasil

“A primeira vez que fui à roda dos expostos, achei, parece incrível, sete crianças com duas amas; sem berço, sem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de doze mil e apenas tinham vingado mil, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde elas se achavam” (Relato do Imperador Pedro I a Assembleia Constituinte, em três de maio de 1823) (PASSETTI, E. 1996 p. 348).

Esse relato demonstra as condições de sobrevivência das crianças que eram entregues às rodas dos expostos no Brasil ainda na época do Império. Quando abandonadas dependiam de ações filantrópicas realizadas principalmente por organizações religiosas. As péssimas condições dos espaços e o número excessivo de crianças faziam com que a taxa de mortalidade nesses estabelecimentos fosse muito alta. Os nascidos escravos eram propriedade de seus senhores que, por isso tinham interesse que crescessem saudáveis.

Uma grande mudança social no Brasil ocorre com a Lei do Ventre – Livre (1871), que decretava que as crianças nascidas de pais escravos deixariam de ser escravas. Dezesete anos depois, a Lei Áurea terminou com a escravatura no país. Isso, porém, não fez com que a vida dos ex-escravos melhorasse, já que não tinham emprego e demais condições garantidas. O que ocorreu na seqüência foi um aumento significativo da imigração de europeus, que vinham trabalhar no Brasil, ocupando grande parte dos empregos.

Esse processo ocorreu em conjunto com a constante industrialização do país, que acarretou um repentino êxodo rural e mudança das características das cidades.

Nelas as oportunidades de trabalho eram, na maior parte das vezes, nas fábricas - onde adultos e crianças trabalhavam durante mais de dez horas diárias para garantir um baixo salário no fim do mês. As más condições de trabalho faziam com que os trabalhadores (principalmente as crianças e adolescentes) adoecessem, morressem ou se revoltassem. Surgiu então o decreto nº 13.113 de 17 de janeiro de 1891 (BRASIL), que proibia o trabalho infantil em máquinas em movimento e faxina. Muitas fábricas seguiram utilizando crianças e adolescentes como mão de obra barata, o que acarretou expressivas greves organizadas por anarquistas em São Paulo em 1917. A grande dificuldade das famílias mais pobres em conseguir se manter financeiramente fazia com que muitas das crianças não tivessem opções fora o trabalho nas fábricas ou a mendicância. O número de jovens morando na rua, mendigando, furtando, ou em organizações anarquistas preocupava a burguesia paulista. Isso tornou-se um grande problema para as cidades, que cresciam em número e em desigualdade. O grande número de filhos das famílias do subúrbio, e a difusão da ideia de que a falta de uma família estruturada criava criminosos e ativistas políticos, fez com que o Estado ampliasse a sua responsabilidade social com educação, saúde e punição de jovens infratores. Políticos, estudiosos, religiosos, aumentaram os esforços em busca de soluções para essa questão. Muitas ideias surgiram, algumas foram ganhando mais força, e vieram a ser implementadas (PASSETTI, 2009), como resultado da relação de atravessamentos políticos, econômicos e sociais. Entendendo atravessamento enquanto “composições de coisas, ações, relações, discursos, cuja arrumação destes elementos ocorre nos cruzamentos entre eles, nos atravessamentos que produzem novas dimensões, corporeidades” (SILVA, 1998, p.189).

O decreto nº 16272, de 20 de dezembro de 1923 previa a colocação dos menores abandonados em asilo, casa de educação ou escola de preservação, contanto que não ultrapassasse os vinte e um anos. Investir na infância abandonada, a partir de forte disciplina e educação para o trabalho, passou a ser importante para prevenir a vadiagem.

Com o surgimento do primeiro código de menores do Brasil em 1927, as leis sobre a infância e juventude começaram a ser organizadas. Pela primeira vez, a medida de internação foi proposta pelo Estado, responsabilizando-se pelo abandono, a fim de suprimir a delinquência infantil. As primeiras leis da infância no Brasil utilizam o “discernimento” para decidir a pena que o “menor” sofreria, modelo utilizado na França desde a época napoleônica. Esta forma de julgar permaneceu no Brasil até as alterações em 1973 (SCHEINVAR, 2002). Grandes instituições, como internatos e

prisões, passaram a ser amplamente utilizadas como estratégia de controle disciplinar. O mesmo código de menores previa a internação de menores infratores que fossem considerados perigosos.

Durante a Ditadura Militar, a nova Política Nacional do Bem-Estar do Menor surgiu com a intenção de formar indivíduos para a vida em sociedade, não pela via da reclusão, e sim pela educação em reclusão. Consolida-se a ideia de que lugar de criança pobre é na escola ou no internato. Nesse contexto surge a Funabem - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - visando acabar com a marginalidade a partir de um tratamento biopsicosocial. A questão dos “menores” se transforma em um problema para o país, resultando em uma política centralizadora com métodos que se diziam mais modernos e científicos. (BECHER, F. 2011). “A PNBEM não foge a essa regra: sua prioridade era a colocação de crianças em lares substitutos e em nenhum momento havia a preocupação em analisar criticamente as engrenagens e tramas produtoras da miséria, abandono e exclusão social” (AYRES et al. 2002).

O Código de Menores de 1979 surgiu como uma sistematização da PNBEM, que possibilitou a ampliação e criação de diversas profissões como psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, educadores, etc. Isso pode ser visto pelo surgimento de diversos cursos superiores nesse período. Mesmo com a utilização de mão de obra qualificada, não conseguiu-se resolver os episódios de violência dentro das instituições, muito menos, diminuir os estigmas dos "menores" ou descolar a infância pobre da delinqüência. A FUNABEM passa a ser questionada pela sociedade, e o Estado tenta modificar as formas de intervir. A mudança de nome para FEBEM e a “política do menor em situação irregular” são exemplos disso. De qualquer forma, continuam existindo relatos de tortura e abuso dentro das instituições fechadas.

Donzelot (1986) mostra claramente os discursos que foram constituindo as instituições que justificavam e amparavam o tratamento que se dava a infância pobre na França. No Brasil, termos como “o menor”, “delinqüente juvenil”, entre outros, fazem parte do histórico do modo de lidar com os infantes. Scheinvar (2002) refere-se ao “Menor” enquanto uma relação social símbolo da exclusão e a naturalização da diferença estrutural da nossa sociedade.

A partir da virada da década de 80, tornou-se nítido - com o aumento de reivindicações, principalmente pela organização de ex-internos e o crescimento da produção de conhecimento sobre as conseqüências da institucionalização - a

discordância da sociedade com o sistema que se vinha utilizando. A crescente discordância com um modelo totalizante de Estado passou a se voltar fortemente para as instituições que estavam em jogo nessas políticas. O que culminou com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescência – ECA.

## A prática no Abrigo sob os olhos do ECA

Com o fim da Ditadura Militar e o intenso processo de redemocratização do Brasil movimentos políticos extinguiram o termo "menor" da Constituição de 1988, buscando o fim da estigmatização da infância pobre enquanto delinqüente e violenta. Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é aprovado. A garantia integral aos direitos da infância passa a ser dever da família, da comunidade, do poder público, de todos os segmentos da sociedade. Além de buscar descolar a pobreza de problemas de delinqüência e enfatizar a não justificativa de uma internação baseada apenas na condição financeira, o ECA estabelece que o acolhimento institucional será a última medida a ser utilizada.

A aprovação do Estatuto abre caminho para que novas estratégias continuem a ser pensadas para solucionar problemas com a infância. Estratégias que, por um lado representam uma forma de controle mais refinado, mas por outro representam reais possibilidades de estabelecer-se um cuidado real dos sujeitos. Deve-se considerar que, para atingir as suas potencialidades, é necessário uma série de outros mecanismos. Isso porque para garantir direitos além de leis, precisa-se de um conjunto de aparelhos, equipamentos, instituições e regulamentos que as apliquem. Nota-se que mesmo com a aprovação do Estatuto, a falta de um sistema único de assistência social dificultou que o Estado conseguisse realizar intervenções preventivas e corroborou para que antigas formas de agir seguissem sendo utilizadas. “As unidades da Febem em cada Estado se mostraram lúgubres lugares de tortura e espancamentos” (PASSETTI, 2007 p.358). No histórico das medidas reservadas para crianças no Brasil, vemos que as instituições totais têm incrível força, da Roda dos Expostos até a Funabem, Febem, cenários que sempre foram palco de atrocidades contra crianças e adolescentes. Isso explica a iniciativa de priorizar outras formas de intervenção com a infância e adolescência.

A expansão do SUAS nos últimos anos tem aberto novas possibilidades para que o Estado efetivamente comece a criar formas de garantir e executar outras maneiras de intervir com a infância. Desde então, alguns pontos do ECA começam a ser possíveis na prática e aumenta o combate a lógica punitiva que vigorava anteriormente. Ainda assim, a lógica punitiva e de biocontrole mais explícito segue nas políticas enquanto um atravessamento histórico importante. “Falar do ECA não é apenas enunciar um discurso, mas colocar em análise todas as formas de controle e vigilância que foram sendo forjadas por séculos.” (SCHEINVAR, 2002). A internação, por exemplo, ainda é usada em alguns casos em que existam conflitos com a lei e as crianças seguem sendo retiradas do convívio familiar em muitos casos.

“A promulgação do ECA buscou romper com essa cultura da institucionalização ao garantir a excepcionalidade da medida, estabelecendo, ainda, que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar (Art. 23). De modo a fomentar as ações de fiscalização e controle social, o Estatuto passou a exigir a inscrição das entidades que ofertassem “programas de abrigo” no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Art. 90) e estabeleceu princípios para a organização desses serviços (Art. 92).” (BRASIL, Pag. 4, 2008).

Os princípios organizados pelo CONANDA (BRASIL, 2008) sendo importante a sua leitura para a realização do trabalho do psicólogo na assistência. Os profissionais que trabalham no abrigo não tem nenhum controle sobre a excepcionalidade da medida, como a medida de acolhimento é decidida pelos juizados da infância. Mesmo assim podem intervir na provisoriedade dela, já que são eles que a acompanham. Quando é diagnosticada a falta de consistência no pedido de acolhimento, que só deve ser feito depois de esgotadas todas as outras medidas legais, o ideal é organizar a volta da criança para a casa o mais breve possível. A preservação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários devem ser sempre buscados - mesmo que em muitos casos não sejam possível devido à resistência da rede, as reais dificuldades do grupo familiar. O respeito à diversidade cultural e religiosa faz parte dos objetivos, assim como a oferta de um plano individual de atendimento. Outro princípio fundamental é o respeito à autonomia da criança e do adolescente. Essas questões são fundamentais, uma vez que o acolhimento institucional deve servir principalmente para melhorar a qualidade de vida da criança e das famílias.

Em instituições grandes, com muitas crianças, é complicado de fato respeitar a autonomia e a privacidade delas - sendo muito difícil cumprir esse princípio nas

condições em que se encontram os espaços. Eu arriscaria dizer que o simples acolhimento é, na maior parte das vezes, por si só um desrespeito à autonomia da criança.

O fato de os agentes da justiça não estarem, nem dentro do dia a dia do abrigo, nem das famílias, faz com que muitas vezes não percebam o sofrimento que um acolhimento institucional gera. Além disso, os profissionais que trabalham na comunidade podem ter a impressão de que com a ida das crianças ao abrigo o risco está resolvido. É necessário que a equipe técnica do abrigo tencione a rede a fim de que entendam que este é apenas o começo de uma nova etapa e que, deve-se, prontamente, pensar as perspectivas de saída do abrigo já no momento do pedido de ingresso.

O abrigo não é a única alternativa para o acolhimento de crianças e adolescentes, mas é a que na conjectura política do Brasil é utilizada. Nesse momento existe uma forte discussão que visa encontrar alternativas aos abrigos, o que é muito positivo para que se deixe de utilizar grandes estabelecimentos, uma das alternativas é a “família acolhedora”. (COSTA & ROSSETTI-FERREIRA, 2008). Acredito que em algumas situações esse modelo pode ser muito útil, porém, me preocupo com o fato que, de novo, busca-se a instituição “família” como saída para os problemas com a infância. Da mesma maneira os laços familiares anteriores seriam perdidos, dependendo do modo como isso aconteça. Donzelot nos auxilia a refletir sobre as formas como o conceito da “família” burguesa foi sendo construído como melhor alternativa para o desenvolvimento saudável de mão de obra futura.

De qualquer forma, estamos em um momento promissor, no qual muitas alternativas e estudos estão surgindo e agregando conhecimento para o campo. Quanto maior for a pluralidade de opiniões, possibilidades e experiências mais conseguiremos seguir avançando nas Políticas Públicas de Assistência para a criança e o adolescente. Justamente por isso, acredito ser preocupante o modo como o Estado tende a agir com estratégias de controle, retirando crianças de seus contextos ou cobrando mudanças de seus cuidadores. A fim de se posicionar nesse complexo jogo de forças, faz-se cada vez mais necessário uma compreensão ampla do campo, buscando intervenções que visem o efetivo cuidado e apoio ao invés do controle das ações, das escolhas e das vidas das pessoas.

A fim de exemplificar situações diárias do trabalho no abrigo apresentarei o relato de alguns casos que ajudam a problematizar as políticas de assistência à infância e adolescência. O objetivo de trazer casos não é discutir as condutas tomadas em cada um

deles e sim, poder analisar o campo de forma mais ampla, tendo em vista que muitas das histórias de vida se assemelham, em relação à pobreza, a privação de direitos e a intervenção tardia do Estado.

## Relato de experiência - controle e cuidado na rede

“Para tornar a distância [entre classes] intransponível, e escapar do perigo de perder ou de contaminar sua pureza local, pode ser útil reduzir a zero a tolerância e expulsar os sem-teto de lugares nos quais eles poderiam não apenas viver, mas também se fazer notar de modo invasivo e incômodo, empurrando-as para esses espaços marginais, off-limits, nos quais não podem viver nem se fazer ver”.(BAUMAN, 2009 p.8).

Os relatos inserem-se na complexa rede de assistência municipal de Porto Alegre, tendo como ponto de partida a experiência de trabalho em um abrigo e, posteriormente, em um serviço de saúde.

Os profissionais que trabalham na rede de atendimento municipal estão em constante relação com as Varas da Infância, os Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, Casas Lares, AÇÃO RUA, Abrigos Residenciais, Escolas, SCFC (antigo SASE), além de estarem sempre em contato com as famílias, as crianças e comunidade em geral. Quanto maior for sua relação com os diferentes espaços e serviços, mais coletivo e rico tende a ser o trabalho realizado. Todavia esses encontros com outros profissionais, outras visões e outros objetivos, geram muitos conflitos. Quando se consegue aproveitar as situações problemáticas para realizar análises e problematizações, elas podem tornar-se positivas para o trabalho na assistência à infância e adolescência.

A fim de trazer à tona alguns analisadores (GUATTARI, 1987) da rede de acolhimento institucional de crianças e adolescentes do Município de Porto Alegre, trago vivências do meu trabalho na rede. O mínimo de informações possível sobre cada caso será relatado, com o objetivo de não facilitar a identificação dos mesmos. Certamente esses fragmentos não possibilitarão o melhor entendimento da situação, mas se trata de um exercício importante, uma vez que remonta o próprio trabalho nos abrigos. Na grande maioria das vezes as crianças chegam ao local com apenas uma guia de acolhimento, que contém basicamente o nome dela. Cabe então a equipe suportar tal falta de informações e ir aos poucos entendendo cada história, a partir de fragmentos.

## Caso 1

Cinco adolescentes com idades entre 11 e 16 anos são levados por um oficial de justiça até o abrigo, sem maiores informações. No dia seguinte descobre-se que um serviço da rede de assistência havia entrado com o pedido de acolhimento institucional. Este havia sido deferido pelo juiz, tendo como base o uso de crack por parte da mãe (HIV soropositivo), o péssimo estado da residência, dificuldades financeiras - risco. A mãe havia procurado o serviço pedindo ajuda para parar o uso da droga, e já havia terminado a relação com o companheiro, que não quis acompanhá-la nessa decisão. Ela dizia que precisava se cuidar e freqüentava o CAPS AD já tendo diminuindo consideravelmente o uso da droga, sendo que seus filhos sempre pediram para que ela parasse.

Os cinco tinham uma boa circulação na comunidade, freqüentavam a escola, com bom desempenho, além de participarem de projetos sociais relacionados com o esporte. A equipe técnica do serviço resolveu que essa mãe não tinha condições de cuidar dos filhos e que perderia os filhos se não cessasse o uso. Ela precisava se internar e para isso teria que aceitar o acolhimento dos filhos, o que seria melhor para ela, já que estaria “colaborando”. Sem alternativas, a mãe aceitou. O tempo dos aparelhos jurídicos é diferente do tempo da vida dos sujeitos. Quando o oficial de justiça apareceu para conduzir os adolescentes até o abrigo, meses depois, ela já estava sem utilizar crack. Devido a não regionalização dos abrigos em Porto Alegre e a longa distância até a escola, nenhum deles pôde freqüentá-la até que a trocássemos. Além disso, as faltas em outras atividades prejudicaram os vínculos sociais dos adolescentes.

A equipe técnica do abrigo entendeu que existia a possibilidade de manter os vínculos familiares e que seria possível o retorno para casa<sup>1</sup>, tendo em vista que não estavam em risco direto, ajudavam a mãe a se tratar e iam bem na escola. Foram necessárias diversas reuniões de rede e visitas domiciliares ao longo de mais de dois meses até que eles morassem novamente com a mãe - sendo acompanhados pelos técnicos do serviço e os trabalhadores da equipe que havia iniciado atendimento da família. O caso 2 é muito semelhante e ocorreu em outra região da cidade.

## Caso 2

Uma menina de nove anos, em uma conversa, começa a chorar e a pedir desculpas para a mãe (ausente). Chorava pelos quatro irmãos que haviam ingressado junto com ela no abrigo. Dizia ser a responsável pelo acolhimento deles, principalmente do menor, com dois anos. Contou que havia pedido para sua mãe para passear no carro de um senhor. A mãe deixou, já que a menina nunca andava de carro, e ela havia feito trabalhos eventuais para o dono do carro, “homem íntegro” e “arrumado”. Na volta, a menina contou para mãe que havia sofrido violência sexual. A mãe, sem emprego era considerada em vulnerabilidade social, merecendo auxílio do governo, recebia aluguel social e tinha vínculos com a rede de assistência social de sua região. Buscando ajuda, foi logo no serviço de atendimento. A interpretação da equipe foi a de que as crianças corriam risco e entraram com o pedido de acolhimento institucional de todos os filhos.

A família tinha dificuldades financeiras, conflitos internos e outras dificuldades que eram trabalhadas pela equipe, sem que antes se justificasse um pedido de acolhimento. A menina não conseguiu nenhum atendimento clínico e, além de todo o sofrimento pelo abuso relatado, passou a ter que morar longe de sua casa, com pelo menos 50 crianças. A criança de dez anos falava sobre seu acolhimento da seguinte maneira “estou aqui porque fui abusada”. Ainda chorando jurou que nunca mais ia andar de carro, nem ficar sozinha com nenhum homem, se a deixem voltar para casa. O que responder? Do mesmo modo, seu irmão mais velho de onze anos dizia que ele era o culpado, já que havia ficado uma semana sem ir para a escola. Nas reuniões de rede surge a ideia de aproveitar o acolhimento para que a mãe resolvesse outras questões anteriores, sendo feita inclusive uma lista de exigências para o retorno das crianças para casa, entre elas: Um emprego para mãe e a reforma da casa. Emprego esse que, no futuro, veio a ser um impedimento para o retorno das crianças para casa, tendo em vista que não havia ninguém que pudesse cuidar delas enquanto ela trabalhava.

<sup>1</sup>um retângulo de madeira compensada, enquanto esperava que a moradia de material, que estava sendo construída junto com outras seis pela prefeitura no local, onde ficava sua antiga residência

### 3.3 Reflexões a partir dos recortes.

Esses primeiros dois relatos são muito importante para problematizar os modos como os serviços estão se relacionando com os usuários. Nessas duas situações as mães buscaram os serviços de saúde e assistência para resolver algumas questões, conseguindo confiar nos profissionais. Apesar disso, a reação dos agentes do Estado frente a essas histórias de vida foi radical no sentido de “corrigir desvios” agindo através da biopolítica.

As equipes buscaram proteger as crianças e adolescentes de situações de risco sem avaliar se de fato isso seria o melhor para a família. No caso 1, por exemplo, foi considerada apenas uma forma de lidar com o uso do crack, desconsiderando outros serviços e até mesmo a política de redução de danos. A internação poderia ser uma opção, mas foi oferecida como única alternativa, acarretando no pedido de acolhimento institucional de cinco adolescentes. A solução encontrada pelo serviço envolvia duas instituições que privam a liberdade do sujeito e que são meios de controlar suas vidas.

Nesses dois casos específicos e em muitos outros, é possível ver o quão difícil é para as crianças e adolescentes serem retiradas de casa de forma tão abrupta. Acaba-se criando um novo trauma, uma nova violência. Quando a medida de acolhimento é tomada, sempre por uma via judicial, um oficial de justiça, desconhecido, vai até a casa da família com o mandado e leva a criança direto para o abrigo. Algumas crianças têm tempo de arrumar uma mochila com pertences, mas são a minoria. Não resta tempo para avisar amigos, despedir-se na escola, nem falar com vizinhos. Não se sabe quando e se um dia irão retornar. Além disso, existem problemas estruturais, de superlotação, de equipe e de relacionamento com outras crianças.

Embora existam situações complicadas, o vínculo familiar é, na maior parte das vezes, mais forte. Aos trabalhadores do abrigo cabe lidar com as angústias e medos das crianças, com choros, regressões, agressões e toda uma série de sintomas que acabam surgindo com o acolhimento. Segundo o ECA (1990), medidas protetivas devem ser tomadas em caso de risco referindo-se especificamente no caso da violência sexual. Acredito, porém, que essa dimensão de risco é complexa e deve ser usada com muito cuidado, respeitando sempre o caráter provisório e excepcional da medida de acolhimento como também disposto no artigo 101 do ECA. Torna-se necessário fazer

uma análise dos motivos que levam as crianças vítimas de violência a serem acolhidas. Quais são os discursos que temos atualmente sobre o abuso sexual? Estariam essas crianças sendo acolhidas para prevenir futuros abusos? O Estado pode garantir que nos abrigos não ocorrerão nenhuma espécie de abusos, ou jogos sexuais? Retirar as crianças de suas realidades, de suas casas, não seria em si uma violência?

No caso 1 não existia um risco que justificasse o acolhimento, assim como não existia a necessidade de que a mãe fosse internada, já que a redução de danos é uma política atual de governo para o tratamento do uso de drogas e existia uma rede de cuidado familiar que auxiliava a mãe. No caso 2 existia também uma situação de vulnerabilidade social, mas que não antes não justificava o acolhimento. A partir de uma violência sofrida inesperadamente, muda-se a forma com que o serviço de atendimento lida com a família. Mesmo que a mãe tenha tomado as medidas necessárias depois do ocorrido, ela foi culpabilizada pelo ocorrido e, por isso, perdeu a guarda seus filhos.

Seguindo a provocante lógica de que as políticas de assistência para crianças trabalham com perfis de pré-delinquentes; por trás de um discurso de cuidado parece existir na verdade uma estratégia de controle da pobreza. Com o tempo ficou claro que “através de todas essas instituições e sob diferentes máscaras, se exprime uma opressão que no fundo é política”. Os encarregados de distribuir justiça, saúde, saber, informação, começam a sentir no que fazem a opressão de um poder político“ (ERIBON,1990 Pp. 111-2). Passetti (2007) Chama atenção para o fato que, os reformadores e críticos do modelo penal não se opuseram à introdução de um modelo muito semelhante como corretivo comportamental ou como educador para jovens infratores. Embora pela política seja considerado que o jovem não está em privação de liberdade as lógicas que atravessam o sistema de acolhimento institucional, mesmo hoje, trabalham em um modelo muito semelhante. Isso porque as crianças são retiradas da região em que moram e do convívio social não só da família, mas dos vizinhos, amigos e colegas. Mesmo que existam algumas flexibilizações devido as visitas dos familiares e a experiências familiares, quando a criança passa alguns dias na casa de seus parente, o modelo assemelha-se à um regime semi aberto. Comumente escuta-se de crianças que fugiram dos abrigos, por exemplo.

Conclui-se que para saber sobre a efetiva importância do acolhimento para as crianças é necessário que se escute os sujeitos envolvidos e que seus processos sejam acompanhados. A psicologia é essencial para acompanhar essas trajetórias de vida.

Muitas vezes é difícil entender o que aconteceu, os motivos e como reverter um acolhimento institucional. Em muitas situações, como no caso 2, no qual a menina e sua família estavam em um profundo sofrimento por causa permanência no abrigo. Uma sensação diferente do que estava presente em suas vidas enquanto estavam todos em casa. Certamente existiam diversos assuntos a serem trabalhados com a família e um atendimento era imprescindível, porém, a violência do acolhimento não pode servir como forma de cobrar determinados comportamentos da família. Como desenvolver a autonomia dessa mãe? Como efetivamente construir um plano de atendimento individual de forma não prescritiva? Como transformar o nosso trabalho a partir do modelo do “trabalho vivo em ato, que é e pode ser fonte de linhas de fugas a este processo instituído, capitalístico, e que está na base de qualquer possibilidade de intervenção no sentido da mudança, centrada no usuário, como sentido último do próprio trabalho em saúde” (MERHY, 1997 p.109). Alguns casos serão relatados, a fim de refletir melhor acerca do cuidado na rede de saúde e assistência.

## Em busca da linha de cuidado

A linha de cuidado é um meio de alcançar a atenção integral que produz cuidado entre os níveis de complexidade da política de saúde e que pode servir de modelo para a política de assistência (BRASIL, 2010-a). Compreendo Linha de cuidado tendo como base; O uso da palavra “linha” não como metáfora ou como representação, mas entendendo o pensamento e a investigação, que o sustenta como tradutora de linhas que enquadram, segmentam, centralizam ou produzem linhas de fuga via articulações no social (SAIDON, 2008) e que; Cuidar é uma atitude de atenção, zelo, ocupação, preocupação, responsabilização e de envolvimento afetivo (BOFF, 1999 *apud* BRASIL, 2010-a p.49)

#### 4.1 Caso 3

Em outra situação, semelhante ao caso 2, entendeu-se em uma reunião de equipe que o acolhimento institucional de três irmãos, uma menina e dois meninos, com idades entre 13 e 9 anos, havia sido equivocada. Nossa questão inicial era com o fato dos três terem sido acolhidos junto com a irmã. Isso porque a menina havia relatado abuso por parte de um tio de 19 anos. O conselho tutelar entendeu que os meninos não poderiam ficar em casa, já que poderiam ter contato com o agressor.

As crianças pararam de freqüentar o SCFV e a escola por causa da distância do abrigo. O suspeito continuava em casa. A escola, o hospital e o conselho tutelar informam que o avô, responsável pelas crianças não quis prestar queixa contra o neto, por dizer que a menina estava mentindo. Ele havia ido ao centro de referência de violência da cidade para averiguar a veracidade do relato da menina. O laudo técnico destacou o abuso como possível, o que levou o conselho, o hospital e a escola a relatar a impossibilidade de fazer uma denúncia do suspeito. Apesar disso, a menina foi acolhida junto dos irmãos.

A equipe técnica do abrigo fez um pedido, para que se esclarecesse à questão jurídica e da violência em si. Entendendo que, caso o abuso fosse mesmo incerto, as crianças deveriam voltar para casa e receber um acompanhamento mais próximo das equipes de assistência. Tendo em vista que estavam sofrendo por uma intervenção do Estado a partir de uma suspeita não comprovada. Acreditávamos que, se os serviços tinham a convicção da veracidade do relato, deveriam se manifestar no processo legal, caso contrário, o acolhimento seria injustificado.

Em uma reunião de rede com mais de cinco serviços descobrimos que a profissional que atendia a família há mais de dois anos, não foi a reunião, pois, quando ocorreu a denúncia de violência, entendeu que outro serviço de maior complexidade deveria se responsabilizar pelo caso. A equipe do abrigo organizou a reunião não com o objetivo do retorno deles para casa imediatamente e sim, conversar sobre o que poderia ser feito a partir do acolhimento dos irmãos, a fim de elaborar um plano individual de atendimento para a família. Além disso, repensar as formas de agir, procurando outros caminhos de intervenção para a rede, o que poderia ser útil em outros casos.

A menina estava sofrendo psiquicamente e dizia constantemente o quanto era difícil não ir para a mesma escola, não ver o avô, nem a tia e outros amigos, etc. A partir

do momento em que a menina falou sobre o que havia acontecido para o avô, ocorreu uma mudança drástica em sua vida e na de seus irmãos menores. A menina tinha dificuldades de falar sobre o assunto, por sentir vergonha da sua situação e culpa pelo acolhimento de seus irmãos. Só conseguimos conversar sobre o assunto, mais de um mês depois, após inúmeras brincadeiras e contatos que foram se dando na praça e no abrigo, que ajudaram a estabelecer uma relação de confiança. Nesse momento ela chorou e pediu para rever a família, voltar para a escola e rever os amigos. Nesse dia, a menina cria uma história fictícia sobre uma anã mentirosa entre suas mentiras estava uma gravidez e um abuso sexual e idade... A partir disso e de outras questões começamos a nos questionar sobre a veracidade do abuso.

O processo segue em andamento no DECA e em breve a menina precisará depor em juízo. O que vai acontecer no julgamento, como se dará prosseguimento ao processo, não temos como prever nem controlar. A menina sabe que seu futuro, e o dos irmãos, depender disso e portanto seu depoimento possui um peso enorme. Caso o abuso seja confirmado é provável que os três sigam no abrigo, caso contrário pode ser que voltem para casa. Para piorar a situação ela está longe de todos seus parentes e amigos nesse momento tão importante, sendo que ainda divide espaço com diversas crianças com outras situações complexas.

#### 4.2 Caso 4

Na situação de uma menina de sete anos, que foi acolhida diretamente pelo juizado, sem passar pelos serviços de assistência, foi possível perceber outras questões. A avó dela, sem conhecer a rede de atendimentos, foi buscar auxílio diretamente no juizado, pois sua neta dizia querer ir para o abrigo. Ela havia sido abandonada logo depois que nasceu e imaginava que se fosse acolhida achariam sua mãe novamente, ainda por cima imaginava que iria para um local muito divertido para fazer amigos. Ao invés de encaminhar para atendimento, foi emitido um mandado de abrigamento. Ao chegar ao abrigo e ver a estrutura do local, diferente do programa que ela via na televisão, pediu para falar com sua mãe e descobriu que as coisas não seriam mesmo como ela imaginava.

Sua avó, apavorada com a situação, passou a visitar o abrigo quase que diariamente pedindo o retorno de sua neta, explicando a situação. Não havia situação alguma de violência, negligência, uso de drogas nem nada que justificasse o acolhimento. O problema era que os serviços da rede que poderiam e deveriam ter atendido a família, agora se recusavam com a justificativa de que não teriam tempo para acompanhá-las. Se ela havia sido acolhida o caso deveria ser grave e, portanto, o melhor seria seguir sendo atendida pela equipe do abrigo. Muitas reuniões de rede aconteceram para discutir sobre a rede de assistência. Nesse caso, muitas dificuldades foram encontradas na relação entre os serviços, o que refletiu diretamente na vida da menina e de sua família.

#### Reflexões a partir dos casos 3 e 4.

Mesmo que a intenção da medida de acolhimento seja estabelecer um cuidado, não se pode deixar de considerar que, para os sujeitos envolvidos nessa situação, foi violenta e sofrida. A pergunta que fica é: De que outra forma esse cuidado poderia ser feito? Longe de visar uma resposta pronta, a tentativa de estabelecer um grupo nômade (SAIDÓN, 2008 p.122), com “[...] uma política anti-institucional, ainda no interior das instituições. Sua estratégia é a generosidade para dentro e a guerra para fora [...] Sua crítica é sempre dirigida à organização, nunca ao desejo”, a fim de repensar as formas de intervir.

Acredito, assim como Iolete (SILVA, 2009), que a desqualificação e a desarticulação da rede de atendimento dessas famílias, leva à intervenções de cunho moral e punitivo, mesmo que não seja esse o objetivo, principalmente em relação à vítima do abuso. As famílias podem não saber sobre a rede de assistência, nem entender muito sobre o ECA, mas o papel do juizado deve ser educativo e não punitivo como vemos no caso 4. O acolhimento institucional é tomado como primeira medida e, o pedido de auxílio da avó se transforma na “entrega da criança”. O que causa um sofrimento para os envolvidos e um trabalho desnecessário para os profissionais do abrigo, que se desgastam em reuniões de rede para garantir, as medidas que deveriam ter sido tomadas antes. Muito embora pareça menos trabalhoso jogar as crianças no

abrigo, sem fazer intervenções e acompanhamentos, na prática vemos que esse é o caminho mais trabalhoso, tendo em vista que as crianças devem permanecer o menor tempo possível.

Essa menina teve muitas dificuldades de retornar para casa, pois com o tempo acabou gostando do local, sofrendo um processo de institucionalização. Isso porque ficou sem ir à escola, tinha diversas crianças da sua idade morando junto com ela e conseguiu se vincular com alguns membros da equipe, além do fato de terem falado para ela no juizado que sua avó teria a abandonado. Na primeira tentativa de retorno para casa, a menina recusa-se a ir para a escola e a obedecer algumas regras da avó, que assustada pede ajuda ao abrigo dizendo que sua neta não é mais a mesma. Realmente o acolhimento institucional havia deixado marcas profundas na menina e a avó, que não conseguia estabelecer vínculo com os serviços de assistência de sua região, seguiu procurando a equipe do abrigo. A situação que parecia, no início, muito simples, foi se agravando a partir do acolhimento e acarretou em um longo trabalho com a rede, com a avó e com a menina, para que ela retornasse para casa. Nas reuniões e contatos telefônicos, puderam-se estabelecer pequenas mudanças no entendimento dos profissionais a partir da micropolítica no sentido de uma afirmação de diferença (Deleuze, 1976). Para isso, foi preciso operar em relação e em conjunto, trazendo analisadores para o campo problemático (Deleuze, 2003).

## 5. Reflexões finais a partir dos casos

Utilizando o Caso 1 como um “analisador” (GUATTARRI, 1987), sintoma que permita ver o funcionamento da instituição, pôde-se aproveitar para discutir redução de danos com a rede. Nesse caso foram possíveis uma troca de conhecimentos e um real trabalho de rede que refletiu diretamente na vida da família em questão. Além disso, o conhecimento que foi construído certamente irá se refletir em outros casos. Seja discutindo dispositivos de intervenção, contra referência, ou a importância de estudo social bem feito no momento do acolhimento, a partir dos casos, pode-se de alguma forma modificar a relação dos profissionais com a instituição “abrigo”. Dessa forma, além contribuir com o andamento de determinado caso pode-se buscar mudanças que podem vir a serem úteis em outros momentos.

Durante o estágio no abrigo foi possível perceber que estar em um serviço de alta complexidade faz com que o trabalho dependa muito de como os profissionais de fora do abrigo trabalham e de que modo o Estado investe nas políticas públicas de assistência. Investindo mais em recursos humanos e estruturais nos CREAS, CRAS, e abrigos. A realidade do trabalho mudaria, mas, além disso, existem diversas outras políticas possíveis para se buscar uma sociedade menos desigual e mais justa. Quanto maior for a capacidade de compreensão do campo em que estamos inseridos melhor será a capacidade que teremos para intervir com cada criança ou família. O Caderno Cada caso é um Caso (BRASIL, 2010-b) trás importantes contribuições para o estabelecimento de linhas de cuidado no trabalho no abrigo. Estabelece que as crianças são sujeitos de direitos ativos, ressaltando a importância da escuta clínica do profissional para respeitar suas subjetividades. Além disso, trás, a importância do trabalho interdisciplinar e intersetorial para romper o isolamento institucional, a fim de conseguir avanços em cada caso e na consolidação das políticas públicas.

Existem casos em que será preciso o acolhimento institucional, por motivos diversos: risco de vida, esgotamento de intervenções dos serviços de assistência, etc. De qualquer forma, esses motivos devem estar bem claros tendo em vista os problemas decorrentes desse encaminhamento. Devemos sempre pensar em quais serão as conseqüências disso, o papel da psicologia não é decidir se a medida tomada foi correta ou não. O papel que cabe a psicologia é propor intervenções que permitam ao sujeito uma ressignificação do acolhimento, além de refletir sempre que possível, em rede sobre outras intervenções possíveis.

A psicologia não pode estar a serviço do Estado ou dos juizes em primeiro lugar e sim, do lado dos sujeitos. A ética Foucaultiana da menor dominação nos ajuda a questionar a forma como se aplica a lei, em sua faceta mais rígida. Buscando sempre uma potência criativa, potencializando os processos de cognição inventiva (KASTRUP, 1999), para que as famílias possam produzir algo com o acolhimento e os profissionais envolvidos possam ampliar sua visão.

De outro lado está o modelo funcional do abrigo. As regras e a estrutura de um abrigo tiram boa parte da autonomia das crianças e adolescentes. A forma como se organiza o sistema de acolhimento, a quantidade de crianças que moram nos abrigos e casas lares e as histórias de vida delas fazem com que as crianças percam sua liberdade. Sabe-se que as regras da instituição são importantes para que seja possível organizar o

trabalho, porém existem diversas formas de tentar não deixá-las tão rígidas, para fazer com que o espaço seja o mais rico possível para o desenvolvimento dos acolhidos.

Mesmo que se tomem esses cuidados e que algumas crianças possam vir a gostar de morar no abrigo, resultado de processos de institucionalização, o sofrimento de ser retirado de seu ambiente e de perder seu espaço traz de novo a questão de ser necessário refletir muito antes de se acolher uma criança, pois isto deixará uma marca profunda na vida da criança, seja pelo trauma de perder algum familiar ou o convívio comunitário, seja pelo estigma que a instituição “abrigo” carrega ou por situações que podem vir a ocorrer dentro da instituição.

Como o local em questão é a porta de entrada do sistema de acolhimento, boa parte das crianças que ingressam estão em processo de luto, seja pela morte de algum familiar, pela prisão, pelo abandono, pelo afastamento do convívio familiar e comunitário. Isso faz com que seja um ambiente bem intenso de tristeza e raiva do próprio abrigo, que é uma representação do Estado e da regra se apresentando, ainda que tardiamente. O local tem um funcionamento muito intenso 24h por dia, o que traz uma tendência aos trabalhadores de pensarem apenas o funcionamento interno do abrigo.

Nota-se que esse é um risco que o profissional corre, mas para efetuar um trabalho, considerando o sujeito integral, faz-se necessário considerar que a vida das crianças e dos adolescentes é fora do abrigo. Por isso a importância dos atendimentos às famílias e das reuniões de rede.

Infelizmente, diversos atravessamentos presentes fazem com que o índice de retorno para casa não seja tão alto quanto deveria ser. Isso se dá pelo excesso de crianças no abrigo, falta de estrutura dos abrigos e das outras equipes da rede, além da falta de qualificação do trabalho. Um levantamento interno recente chegou a conclusão de que 50% das crianças que entram no abrigo acabavam voltando para a casa, ou indo morar com outros vínculos possíveis antes de serem transferidos para outros abrigos mais permanentes.

Esse número positivo para o abrigo, relativamente maior do que os outros, o que acontece por se tratar da porta de entrada, é um revelador de um dos principais defeitos da lógica que se estabelece na hora de solicitar o acolhimento institucional. Isso porque os conselhos tutelares, muitas vezes, interpretam que seu trabalho é tirar as crianças do lar para protegê-las do risco de viver com famílias com problemas. Da mesma forma, o juizado assina mandatos de busca e apreensão das crianças sem encaminhar,

primeiramente, as crianças para os serviços da rede de assistência. Quando os serviços do SUAS, de atenção secundária e primária, entram com o processo de acolhimento institucional é porque, teoricamente, acreditam não ter nenhuma outra intervenção a fazer para auxiliar a família, ou proteger as crianças. Isso demonstra que, em muitos desses casos, as famílias poderiam ter sido atendidas de outra maneira, existindo alguma possibilidade das crianças permanecerem em casa se recebessem algum apoio. Acolhimentos institucionais mal feitos, o que trás sofrimentos para as crianças desnecessariamente.

Se analisarmos historicamente os abrigos, veremos que a lógica dos “anormais” de Foucault sempre esteve muito presente. A necessidade de separar e “curar” a pobreza serve, na verdade como mecanismo de produção de infâncias desiguais (NASCIMENTO, 2002). A dificuldade que a sociedade tem de ver crianças pobres nas ruas, papuleiros mendigos acaba por alimentar a necessidade de afastá-los dos olhos da classe média e alta. Em diversos momentos vizinhos do abrigo demonstraram insatisfação com a proximidade com a instituição, tendo até mesmo um abaixo assinado sido feito para que ocorresse uma mudança de local. Isso me ajuda a concluir que esse trabalho é praticamente um desserviço para a comunidade, uma vez que tentamos garantir direitos a determinada população excluída por um complexo sistema de exclusão.

Esse é um dos maiores desafios que encontro ao entrar em contato com outros serviços públicos. As crianças não chegaram ali por acaso, existe toda uma lógica e uma trajetória que levou aquelas crianças até o abrigo. O papel do profissional que ali trabalha é, muitas vezes, o de acompanhar esse trajeto para tentar agir sobre ele. Encontra-se aí justamente a essência desse presente ensaio, já que, entendendo quais lógicas atravessam todo esse complexo campo podemos compreender melhor cada situação. Na história recente dos abrigos estão presentes grandes instituições fechadas e totalizantes, que não permitiam contato com a família, frequência em escolas regulares, e outras atividades externas. No dia-a-dia do trabalho é essencial que se tome cuidado para não se deixar tomar pela intensidade da experiência da instituição, esquecendo-se de pensar para além dela. Mesmo que seja importante resolver conflitos, lidar com traumas e lutos, não podemos deixar de pensar como serão suas vidas quando as crianças saírem dali. Para tanto, é necessário que exista uma rede de serviços fortalecida e atuante para conseguir ampliar o campo problemático, o que vai de encontro ao Ministério da Saúde “Diminuir a interferência da lógica privada na

organização da rede de saúde, ampliando a co-responsabilização nos processos de cuidado de todos os serviços que compõem a rede do SUS” (BRASIL, 2004 p. 3).

A partir da dificuldade de definir os momentos nos quais as equipes agiam com estratégias de controle ou a partir de linhas de cuidado foi possível perceber a complexidade do tema. Não se pretende ditar modos de agir e fazer e sim, justo pelo contrário, questioná-los. Os inúmeros atravessamentos que perpassam o campo não irão permitir uma concreta separação entre os modos de agir, estando o “controle” e o “cuidado” sempre em relação. O que se procura é que para além da rigidez da legalidade ou da lógica alienante, de agir como se um caso não estivesse dentro de um contexto, possa-se a partir da problematização inventar novos modos de intervir.

Ampliar o foco das reuniões de rede, para que não se restrinjam somente ao caso em questão auxilia a ampliar o campo problemático. Cláudia Fonseca (1998) auxilia na compreensão de que, para não culpabilizar o sujeito, devemos ter consciência de que as semelhanças das histórias de vida não são mera coincidência, fazendo parte de um sistema político. Alguns aportes teóricos também nos auxiliam a repensar o trabalho para não perder a abertura a experiência nem viciar a escuta. A política da reconhecimento e a política da invenção (Kastrup, 1999) são potentes ferramentas teóricas para a atuação do profissional na assistência.

Ampliar a visão do caso, para ter uma noção, respeitando ainda assim a singularidade de cada situação. O trabalho dos profissionais do abrigo é justamente pensar quais são as possibilidades reais de determinada criança conviver com sua família. Para que isso possa acontecer, é necessário que a rede de assistência social do município trabalhe em conjunto e que os profissionais que ficam no território possam se co responsabilizar pelos casos, continuando o atendimento das famílias mesmo após o afastamento dos filhos. Na prática vemos que a grande demanda de trabalho existente dificulta que isso aconteça.

## Considerações Finais

As análises dos teóricos europeus nos ajudam a pensar sobre diversos acontecimentos que vieram construindo ao longo de décadas, o que entendemos hoje

como infância e família. Deste modo, podemos entender quais os motivos e as justificativas que sustentam nosso entendimento enquanto sociedade sobre esses pontos. No Brasil, mesmo que tardiamente, observa-se a semelhança nas políticas e nos discurso que foram sendo reproduzidos e reinventados.

O surgimento do ECA é um marco legal do tema de Infância e Adolescência, consistindo em um significativo avanço na forma do Estado se relacionar com essa parcela da sociedade. Considerando que, o direito não é apenas a lei, mas o conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que o aplicam, podemos entender o porquê da lentidão para que se efetive. Aos poucos o Estado tem ampliado a rede de assistência e com isso a possibilidade de atuação dos serviços mais próxima das pessoas, garantindo a efetivação do Estatuto e das políticas de assistência à infância e à adolescência.

O psicólogo ter noção dos processos políticos e sociais que antecederam a atual organização da política auxilia na compreensão desse complexo campo. Possibilitando uma visão mais ampla sobre as histórias de vida que encontramos no estágio e as relações com os outros profissionais. O ECA e o CONANDA devem servir de base para o trabalho, mas não devem vir em primeiro lugar. O principal deve ser sempre agir eticamente em busca da intervenção para cada caso. A ética da menor dominação nos auxilia a refletir sobre nossas atitudes para tentar estabelecer cada vez mais linhas de cuidado efetivo, ao invés de utilizar-se de estratégias de controle das populações pobres. O objetivo do presente trabalho não é negar que em algumas situações crianças e adolescentes podem se beneficiar do abrigo, mas ressaltar que, na maioria das vezes, o processo de acolhimento é muito prejudicial. Isso exige uma postura mais cautelosa por parte dos agentes das políticas.

O sistema capitalista e a forma como o Estado se organiza não visam de fato uma igualdade entre sujeitos. Justamente pelo contrário, além de ser responsável por essa diferença social, acaba por culpabilizar e excluir cada vez mais os sujeitos. As políticas de assistência social inserem-se nessa realidade. Por isso, perceber o poder não como reprodução das relações econômicas, e sim como uma relação de forças que deve ser lida na perspectiva do combate, da guerra e do afrontamento (VICENTIN, 2005), insere o psicólogo no campo, permitindo uma liberdade maior para a atuação e para a criação de intervenções a partir do encontro com a diversidade de experiências de vida.

A complexidade do campo e a grande quantidade de atravessamentos envolvidos acabam fazendo com que o profissional opte por seguir pelas linhas de força mais

instituídas, que vão à maior parte das vezes pela via do controle. O que sustenta essa posição é o discurso do especialista inserindo-se como uma estratégia de biopoder. Considera-se que, tais atravessamentos estarão presentes no trabalho com as políticas de assistência a infância e adolescência devido ao histórico do campo.

Entendendo o sistema que produz as desigualdades, o profissional pode exercer um trabalho da forma mais autoral, a partir da ética da menor dominação, buscando o protagonismo de todos os sujeitos envolvidos. As relações dos profissionais com seus pares e as reuniões de rede têm papel fundamental para que se possa analisar as linhas de força que motivam a intervenção em determinado momento.

Estamos em um momento muito promissor, no qual muitos estudos têm agregado conhecimentos para o campo das Políticas de Assistência à Infância e à Adolescência. Uma compreensão ampla desse campo é fundamental para que possamos nos posicionar no complexo jogo de forças que constituem a política, a fim de que seja possível buscar intervenções que respeitem os sujeitos e suas escolhas.

Existem outros atravessamentos que não pude aprofundar no presente trabalho, como por exemplo, a filantropia e religião, ambos bem presentes na rede de atendimento de Porto Alegre, pretendo, porém dar continuidade a esse trabalho no futuro.

## REFERÊNCIAS

- AYRES, L. S. M., Carvalho, M. da S. & Silva M. M. Olhares Sobre a Instituição Adoção: Família e Pobreza em Questão In: Nascimento, M. L. (Org) . PIVETES A Produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Intertexto. Pp. 128-143, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 8, 2009.
- BECHER, Franciele. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.
- BRASIL, decreto nº 13.113 de 17 de janeiro de 1891. Proibição do trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina, 1891.
- BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: Autor, 2008.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a Atenção Integral á Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências. Brasília, DF p.49, 2010- a.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. Brasília: Humaniza SUS, p.3, 2004
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Cada Caso é um caso: A voz das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, Brasil. 1ª edição, 2010- b.
- BUSSON, Shayana. Resenha do livro: A polícia das famílias. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 73, fev 2010. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7253&revista\\_caderno=23](http://www.ambito-juridico.com.br/site/n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7253&revista_caderno=23) . Acessado em dez 2012.
- COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. IN: GEISLER, A. R. R. e COIMBRA, C (Orgs.). Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói: EDUFF, 2008. Disponível em <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/analise.pdf>, Acesso em 02.08.2013.
- COSTA, N. R. A. & ROSSETTI- FERREIRA, M. C. (2009). Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes.

CRUZ, L., HILLESHEIM, B. & GUARESCHI, N. "Infância e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Práticas Psi". IN: *Psicologia & Sociedade*, set./dez. 2005, vol.17. p. 46, 2005. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822005000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000300006&lng=pt&nrm=iso) Acessado em 05.10. 2012.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Editora Rio, p. 7, 1976.

\_\_\_\_\_. *Lógica do Sentido*. Trad. FORTES Luiz Roberto S. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DONZELOT, Jaques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ERIBON, Didier. *Michel Foucault. Uma biografia*. São Paulo: Companhia das letras, Pp. 211-2, 1990.

FONSECA, Cláudia. 1998. Quando cada caso não é um caso. Trabalho apresentado na reunião anual da ANPEd, Caxambu, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão*. 29ª Edição, Editora Vozes Petrópolis, p.11, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dit et écrit*. Vol. II. Paris: Gallimard, 1994. p-407, 1994. Apud VICENTIN M. C. G. *A vida em rebelião. Jovens em conflito com a lei*. São Paulo, Hucitec, Pp. 32-38, 2005.

GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, p.230, 1987.

KASTRUP, Virgínia. *A invenção de si e do mundo*. Campinas: Papirus, 1999.

LAPASSADE, Georges. *Os Rebeldes Sem Causa*. In: De Brito, Sulamita (Org) *Sociologia Da Juventude*, Vol. III, RJ, Zahar, p. 113, 1968.

LEMOS, F. C. S. *Práticas de governo das crianças e dos adolescentes propostas pelo UNICEF e pela UNESCO: inquietações a partir das ferramentas analíticas legadas por Foucault*. *Psicologia & Sociedade* 24, 52-59, 2012.

MARTINS L. A. M; JUNIOR C. A. P. IN: *Genealogia do Biopoder Psicologia & Sociedade*; 21 p. 157-165, 2009.

LOURAU, Julien. *Implicação e sobreimplicação*. In: ALTOE, S. (Org.). *Analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, p.6, 1990.

MERHY, Emerson. Em busca do tempo perdido: A micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: Agir em Saúde. Um Desafio para o Público, São Paulo: Editora Hucitec, p.109, 1997.

NASCIMENTO, Maria Livia (org.). Pivetes-a produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro, Oficina do Autor; Niterói, Intertexto. Pp. 23-33, 2002.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: PRIORE, Mary Del (org). História das Crianças no Brasil. 6. ed., 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, p.347-75, 2009.

SAIDÓN, Oswaldo. Devires da clínica. São Paulo: Hucitec. p, 122. p, 128, 2008.

SCHEINVAR, Estela. Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: Pivetes: a produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, Pp. 88- 105, 2002.

SILVA, Iolete. A rede de proteção de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência na perspectiva dos direito humanos In: Conselho Federal de Psicologia. Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção. Brasília, 2009.

SILVA, Nilza. Grupo: Proliferação de Arranjos. In: CASTRO, Odair (Org). Velhice, que Idade é Esta? Uma Construção Psicossocial do Envelhecimento. Porto Alegre, Síntese, 1998, p.187-196.

VAN DEN BERG, Jan Hendrik. Metablética (ou teoria das mudanças): psicologia histórica. São Paulo. Editora Mestre Jou, 1965.

VICENTIN, Maria Cristina. A vida em rebelião. Jovens em conflito com a lei. São Paulo, Hucitec, Pp. 32-38, 2005.